



TERRITÓRIOS E CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS PADRÕES ESTRUTURAIS QUE OS CONDICIONAM

Lílian da Silva Rocha Martins
Gláucia Maria Pontes Mouzinho

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE representam avanços e conquistas na área dos direitos dos adolescentes a quem foi atribuída autoria de ato infracional. Apesar desses avanços, de acordo com Paes (2008) e Zanella (2011) problematizações emergem entre os operadores do sistema socioeducativo em virtude da pouca reflexão teórica sobre as especificidades das diferentes medidas. Conforme se observa, o ECA é bastante restrito no que se refere à regulamentação da medida de semiliberdade e utiliza a medida de internação como referência. Ocorre que, tendo em vista a especificidade da semiliberdade, o detalhamento relativo à operacionalização desta, limita sua padronização e conseqüente alcance de resultados. A legislação dispensa a autorização judicial para a realização de atividades externas, porém não dispõe sobre as condições para que essas atividades aconteçam, ignorando questões conflitivas que perpassam as relações sociais nesses espaços. Além da parca definição legal, a medida encontra ainda outros entraves para sua efetiva operacionalização, dentre os quais se investiga se a questão territorial é fator preponderante à execução das atividades desenvolvidas pelo Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – CRIAAD Campos, unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro – DEGASE - órgão responsável pela execução das medidas de internação, internação provisória e semiliberdade no Estado do Rio de Janeiro. Levanta-se a hipótese que a experiência segregativa vivenciada pelos adolescentes e jovens durante o cumprimento de semiliberdade, devido a dificuldade de circulação no entorno do território de localização do CRIAAD Campos, intensificada pela inatividade, reforça a manutenção das desigualdades escolares, da condição de incapacitação profissional e perpetuação das demandas simbólicas das classes dominantes e dominadas. Como abordagem metodológica será utilizada a pesquisa bibliográfica, indispensável à construção do arcabouço teórico pertinente à compreensão mais ampla do tema; análise de jornais locais que abordem o envolvimento de adolescentes e jovens em cometimento de atos infracionais, assim como análise de dados quantitativos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Utilizar-se-á ainda pesquisa documental com a devida autorização do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, com vistas a ampliar o entendimento de constructos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. É prematuro estabelecer, com precisão, a contribuição dessa pesquisa.

PPGDAP – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas